

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ACADÊMICA INTERNACIONAL
Nº 021/2024 - UFLA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS E ESCUELA
COLOMBIANA DE INGENIERÍA
JULIO GARAVITO, NA FORMA
ABAIXO:**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no **Campus** Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada **UFLA**, neste ato representada por sua Diretora de Relações Internacionais, **PATRÍCIA DUARTE DE OLIVEIRA PAIVA**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/Reitoria nº 287, de 11/04/2022, e, de outro lado, a **ESCUELA COLOMBIANA DE INGENIERÍA JULIO GARAVITO**, com sede na cidade de Bogotá D.C., Colômbia, na Avenida Cra 45 nº 205-54 (Autopista Norte Km 13), doravante denominada **LA ESCUELA**, representada neste ato por seu Reitor e Representante legal, **HÉCTOR ALFONSO RODRÍGUEZ DÍAZ**, portador da Cédula de Identidade nº 79.151.838, expedida na cidade de Bogotá D.C., resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL**, que será regido, no que couber, pela Lei nº 14.133/21, pelas demais normas legais pertinentes à matéria, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de parceria internacional com o escopo de promover o intercâmbio de discentes, de caráter amplo, em nível de graduação e de pós-graduação, e o intercâmbio de docentes pesquisadores e técnicos administrativos, entre a **UFLA** e a **LA ESCUELA**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – No intuito de alcançar o objeto de que trata o *caput* da presente cláusula, as partícipes cumprirão o Plano de Trabalho (ANEXO I deste Instrumento), elaborado de acordo com o disposto na legislação vigente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por instituição anfitriã a partícipe que receber discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos para intercâmbio dentro do escopo do presente Instrumento; e por instituição de origem a partícipe da qual o discente, docente, pesquisador ou técnico administrativo, participante do programa de intercâmbio, fizer parte.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partícipes concordam em promover intercâmbios entre discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos das respectivas instituições, oportunidade em que estes cumprirão as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– As partícipes, enquanto instituição anfitriã, deverão enviar ao órgão apropriado da instituição de origem, ao final da estada do discente, documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– A partícipes se comprometem a promover a integração dos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos na vida acadêmica da instituição anfitriã, bem como a prover apoio, por meio de suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais, incluindo auxílio na procura de moradia, orientação e apoio acadêmico.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – DO INTERCÂMBIO DE DISCENTES

Os discentes serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios dessa instituição, e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– Os discentes pagarão todas as taxas de matrícula e mensalidade na sua instituição de origem, não sendo cobradas taxas, de qualquer ordem, na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– O pagamento de qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã será de responsabilidade do próprio discente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os discentes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem e à alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por outros gastos com subsistência.

Parágrafo único - Dentro das disposições orçamentárias de cada instituição, a hospedagem e a alimentação poderão ser ofertadas pela instituição de destino de forma recíproca, detalhadas em Plano de Trabalho específico.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Os discentes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos existentes na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA QUINTA - O número de estudantes incluídos no programa de intercâmbio será definido anualmente.

SUBCLÁUSULA SEXTA - É vedado o intercâmbio aos estudantes de graduação da UFLA que:

- a) Não tenham concluído, pelo menos, 10% da carga horária total de sua matriz curricular;
- b) Estiverem em estágio curricular obrigatório; e
- c) Estiverem matriculados no último semestre letivo, quando este significar o cumprimento do tempo máximo de integralização.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Anualmente, as partícipes definirão os aspectos do intercâmbio, tais como áreas, cursos, períodos acadêmicos, entre outros, por meio de Plano de Trabalho específico.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Os discentes deverão possuir um seguro saúde com cobertura ampla, válido pelo período de estudos no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação desse seguro será dos próprios discentes.

SUBCLÁUSULA NONA - Os discentes deverão ter o visto apropriado, válido pelo período de estudos no país anfitrião.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - As partícipes, enquanto instituição de origem, reconhecerão os resultados acadêmicos obtidos pelo discente na instituição anfitriã, com base em plano de trabalho previamente acordado entre as partícipes e em seus créditos e/ou carga horária.

CLÁUSULA QUARTA - DO INTERCÂMBIO DE DOCENTES, PESQUISADORES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos interessados em participar do intercâmbio de que trata a presente Cláusula serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios por ela estabelecidos e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O intercâmbio de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos será realizado em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho específico, anexo I do presente instrumento, definido de

comum acordo entre as partícipes, contendo as atividades, os períodos, o financiamento, a coordenação, entre outros aspectos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por seus gastos com subsistência, a menos que esses gastos estejam incluídos em bolsa concedida nos termos da legislação vigente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos deverão possuir seguro-saúde com cobertura ampla, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro será dos próprios docentes, pesquisadores e técnicos administrativos.

SUBCLÁUSULA QUARTA– Os professores, pesquisadores e técnicos administrativos devem possuir visto apropriado, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A instituição anfitriã não assumirá responsabilidade civil, judicial ou extrajudicial em relação a nenhum evento danoso que possam sofrer os discentes, docentes pesquisadores e/ou técnicos administrativos, que participem dos programas de intercâmbio, sejam esses delitos, contravenções, acidentes ou enfermidades de qualquer natureza.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A responsabilidade civil prevista como resultado de delitos ou fatos danosos ou culposos que possam ser cometidos por servidores ou funcionários da instituição anfitriã, não será alcançada pela exclusão de responsabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO

As partícipes designarão suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais como supervisoras das atividades resultantes do presente Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COORDENAÇÃO

No âmbito da **UFLA**, a coordenação executiva e administrativa do intercâmbio de discente da graduação caberá à Diretoria de Relações Internacionais e a coordenação acadêmica caberá a um docente da **UFLA**, especificamente designado. No âmbito da **LA ESCUELA**, a coordenação do intercâmbio de discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos

ficará a cargo do Escritório de Relações Internacionais, com apoio e autorização prévia da Vice-Reitoria Acadêmica.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e da interpretação deste Instrumento, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos respectivos coordenadores, que deverão emvidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo, inclusive o direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, resultantes das ações desenvolvidas no âmbito do presente Acordo serão objeto de instrumento específico, observando-se em qualquer caso, as normas jurídicas aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Instrumento não implica compromissos financeiros entre as partes. O pagamento dos custos inerentes às atividades eventualmente acordadas correrá por conta de cada uma das partes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedada a indenização de uma parte à outra, bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECIPROCIDADE

Cada parte oferecerá aos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos que a visitem, um tratamento similar ao dos próprios, tornando possível o acesso aos serviços necessários e reconhecendo os estudos realizados na outra Instituição, nos limites da legislação em vigor em ambos os países.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do vencimento, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um instrumento jurídico específico pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA

Qualquer das partícipes poderá denunciar o presente Instrumento, a qualquer tempo e independentemente de justo motivo, desde que comunique a outra a sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, fazendo jus aos benefícios ou vantagens até então auferidas e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a respectiva vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA RESCISÃO

Constitui motivo para a rescisão deste Acordo de Cooperação Internacional o inadimplemento de quaisquer das cláusulas aqui pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partícipes, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir as dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente acordo, as partícipes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física especialista em solução amigável de conflitos internacionais, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias com base na legislação de ambos países envolvidos. É acordado que o lugar de evento do litígio ou, havendo obrigação a ser cumprida, o lugar de seu cumprimento, definirá o direito aplicável e o tribunal competente.

E, assim, por estarem justas e acordes, as partícipes assinam o presente Instrumento em quatro (4) vias de igual teor e forma, sendo duas (2) vias em Português e duas (2) em Espanhol para os mesmos efeitos legais, na presença de duas testemunhas instrumentárias abaixo subscritas.

p/ UFLA
Lavras, Brasil, 09/04/2024

p/ LA ESCUELA
Bogotá D.C., Colômbia, 09/04/2024

Patricia Duarte de Oliveira Paiva
Diretor de Relações Internacionais

Héctor Alfonso Rodríguez Díaz
Reitor

ANEXO I - ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PLANO DE TRABALHO

I – DADOS CADASTRAIS

1. TÍTULO

Acordo de Cooperação Internacional entre a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidad Escuela Colombiana de Ingeniería Julio Garavito (LA ESCUELA).

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa | <input type="checkbox"/> Inovação Tecnológica |
| <input type="checkbox"/> Extensão | <input type="checkbox"/> Extensão Tecnológica |
| <input checked="" type="checkbox"/> Ensino | <input type="checkbox"/> Desenvolvimento Institucional |

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO ACORDO

5 anos.

4. ÓRGÃO EXECUTOR NA UFLA

Diretoria de Relações Internacionais – DRI.
 Departamento de Engenharia Agrícola – DEA.

5. MARCO JURÍDICO

Legislação brasileira: Lei nº 14.133/2021.
 Legislação colombiana: Lei 30 de 1992 – Regulamento Estudantil de Graduação e Pós-Graduação.

6. PARCEIROS

6.1. CELEBRANTE 1

| | | | |
|---|-------------------|--|--|
| 1. Tipo de participação Partícipe | | 2. Razão Social UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS | |
| 3. Endereço da sede (av., rua, nº, bairro) Campus Universitário, s/n | | | 4. Inscrição Federal 22.078.679/0001-74 |
| 5. Cidade/Estado Lavras/MG | 6. País Brasil | 7. Código Postal 37.200-900 | 8. Telefone (35) 3829-1858 |
| 9. Nome do representante legal Patrícia Duarte de Oliveira Paiva | | | 10. Cargo Diretora de Relações Internacionais |

6.2. CELEBRANTE 2

| | | | |
|---|---------------------|---|------------------------------|
| 1. Tipo de participação Partícipe | | 2. Razão Social UNIVERSIDAD ESCUELA COLOMBIANA DE INGENIERÍA JULIO GARAVITO | |
| 3. Endereço da sede (av., rua, nº, bairro) AV Cra 45 nº 205-59 | | | 4. Registro 860.034.811-3 |
| 5. Cidade/Estado Bogotá, D.C. | 6. País Colômbia | 7. Telefone 6683600 | |
| 8. Nome do representante legal Héctor Alfonso Rodríguez Díaz | | 9. Cargo Reitor e Representante Legal | |

II – DESCRIÇÃO

7. OBJETIVO GERAL

O presente Acordo tem como principal objetivo a mobilidade de discentes em nível de graduação e de pós-graduação, bem como de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos entre a UFLA e a LA ESCUELA. Visa-se ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino e pesquisa no âmbito dos cursos em comum.

8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Determinar anualmente o número de vagas para mobilidade durante o período do acordo geral. As instituições concordam que esse número será dividido em cada semestre, de acordo com o interesse dos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos das instituições. O intercâmbio dos participantes depende da indicação prévia da instituição de origem e da aprovação da instituição anfitriã, que posteriormente fornecerá uma carta de aceite para fins de visto.

9. JUSTIFICATIVA

Este plano de trabalho, referente ao Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional celebrado entre a UFLA e a LA ESCUELA justifica-se na medida em que alcança a pluralidade de sentidos atribuídos ao "interesse público" consagrada nos acordãos do Superior Tribunal de Justiça, tal qual o interesse pessoal, de um ou um grupo de indivíduos na qualidade de "participes de uma coletividade maior na qual estão inseridos".

Nesse caso, remete-se ao interesse de toda a comunidade acadêmica da UFLA, beneficiada pelo intercâmbio entre os parceiros e ao estreitamento de laços entre eles. A dimensão do interesse público atrelada ao interesse estatal, da Administração Pública, é igualmente contemplada na presente proposta que converge com interesse da UFLA, enquanto autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, de aprimorar sua política de internacionalização, tema de extrema relevância na agenda de desenvolvimento e de posicionamento do Brasil no cenário global.

Com efeito, a presente proposta coaduna com os cinco eixos do Programa de Internacionalização da UFLA lançado no ano de 2023, quais sejam: i) desenvolver um ambiente educacional multilíngue; ii) ampliar a cooperação internacional da Instituição; iii) estimular a produção científica e tecnológica internacionalizada; iv) alinhar as rotinas de gestão e processos com aquelas praticadas internacionalmente e, finalmente, v) ampliar a visibilidade e reconhecimento internacional da Universidade.

Finalmente, destaca-se ainda a interpretação do interesse público relacionado com a garantia dos direitos fundamentais, entre os quais os direitos sociais. O acordo proposto é, a partir dessa perspectiva, relevante, uma vez que afeta interesses relacionados com a educação (direitos sociais consagrados no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), permitindo iniciativas de formação e produção de conhecimento.

10. RESULTADOS ESPERADOS

Promoção de mobilidades entre a UFLA e a LA ESCUELA a fim de enviar e receber discentes, docentes pesquisadores e técnicos administrativos de diversas áreas de estudo, bem como realizar pesquisas conjuntas que resultem no aprimoramento das habilidades intelectuais e técnicas dos membros de cada comunidade acadêmica. Aumento da internacionalização da UFLA por meio de: (i) mobilidades acadêmicas; (ii) formação de profissionais capacitados internacionalmente em virtude da realização de intercâmbio e (iii) contribuição com o programa Brother UFLA por parte dos discentes egressos das mobilidades.

III – COORDENAÇÃO

11. COORDENADORES

| | | | |
|-------------|---------------------------------------|----------------------------|--|
| Função | Nome | | |
| Coordenador | Gabriel Araújo e Silva Ferraz | | |
| Instituição | Cargo/Função | Meta(s) de que participará | |
| UFLA | Professor do DEA | I-V | |
| Função | Nome | | |
| Coordenador | Diana Patrícia Santoyo Suárez | | |
| Instituição | Cargo/Função | Meta(s) de que participará | |
| LA ESCUELA | Diretora da Unidade de Gestão Externa | I-V | |

IV – CRONOGRAMA

12. DESCRIÇÃO DAS METAS

| ETAPA/FASE | META | ATIVIDADES | DURAÇÃO | |
|------------|---|--|---------|---------|
| | | | INÍCIO | TÉRMINO |
| I | Estabelecimento do número de vagas de mobilidade para o semestre. | Contato entre as instituições para definir vagas e condições das mobilidades, bem como período de nomeação e requisitos. | Ano 1 | Ano 2 |
| II | Execução das mobilidades | Realização das inscrições, processo de nomeação e fornecimento de instruções aos selecionados. | Ano 1 | Ano 2 |
| III | Atividades de cooperação em pesquisas conjuntas | Contato entre as universidades para definição de áreas comuns de interesse para pesquisa conjunta. | Ano 1 | Ano 2 |
| IV | Novos ciclos de mobilidade | Novo contato para o estabelecimento das próximas mobilidades | Ano 2 | Ano 5 |
| V | Informe e análise das mobilidades | As universidades avaliarão os resultados das mobilidades e a continuidade da cooperação | Ano 4 | Ano 5 |

V – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR DA UFLA

13. DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

| | | |
|---------------------------------------|--------------------|----------------|
| Nome Gabriel Araújo e Silva Ferraz | | Assinatura |
| Cargo Professor do DEA/UFLA | Data 10/04/2024 | |

VI – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR DA LA ESCUELA

14. DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

| | | |
|--|-----------------------|----------------|
| Nome Diana Patricia Santoyo Suárez | | Assinatura |
| Cargo Diretora da Unidade de Gestão Externa | Data 13 Feb / 2024 | |

**ACUERDO DE COOPERACIÓN
ACADÉMICA INTERNACIONAL
N° 021 / 2024 - UFLA, QUE
FIRMAN ENTRE SÍ LA
UNIVERSIDAD FEDERAL DE
LAVRAS Y LA UNIVERSIDAD
ESCUELA COLOMBIANA DE
INGENIERÍA JULIO GARAVITO
COMO SIGUE:**

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Las participantes, como institución receptora, Por el presente Instrumento y en la mejor forma de la ley, por una parte, la **UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS**, persona jurídica de derecho público, autarquía especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley n° 8.956, del 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Minas Gerais, Brasil en el Campus Universitario, inscrita en el CNPJ/MF bajo el n° 22.078.679/0001-74, en adelante denominada **UFLA**, representada en este acto por su Directora de Relaciones Internacionales, **PATRICIA DUARTE DE OLIVEIRA PAIVA**, en el uso de las facultades que le fueron delegadas por la Ordenanza/Rectoría n° 287, del 11/04/2022, y, por otro lado, la **UNIVERSIDAD ESCUELA COLOMBIANA DE INGENIERÍA JULIO GARAVITO**, con sede en la ciudad de Bogotá D.C., Colombia, en la Avenida Cra 45 No. 205-54 (Autopista Norte Km 13), en adelante denominada **LA ESCUELA**, representada en este acto por su Rector y Representante Legal **HÉCTOR ALFONSO RODRÍGUEZ DÍAZ**, portador de la Cédula de ciudadanía No. 79.151.838, expedida en la ciudad de Bogotá D.C., resuelven celebrar este **ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA INTERNACIONAL**, el cual se registrará por la Ley n° 14.133/21, por las demás normas jurídicas relativas a la materia, y en las cláusulas y condiciones que se exponen a continuación:

CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El presente Acuerdo tiene por objeto el establecimiento de una alianza internacional con el objetivo de promover el intercambio de estudiantes, de carácter amplio, a nivel de grado y posgrado, y el intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos, entre la **UFLA** y **LA ESCUELA**.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Con el fin de lograr el objetivo de que trata el encabezado de esta cláusula, las participantes cumplirán con el Plan de Trabajo (ANEXO I del presente instrumento), elaborado de conformidad con la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Para los efectos del presente Acuerdo, se entenderá por institución receptora la participante que reciba a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos para intercambio en el

ámbito de este Instrumento; y por institución de origen la participante de la cual el estudiante, profesor, investigador o técnico administrativo, es participante en el programa de intercambio.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBLIGACIONES

Las participantes acuerdan promover intercambios entre los estudiantes, profesores investigadores y técnicos administrativos de las respectivas instituciones, oportunidad en la que aquellos cumplirán las actividades establecidas en el Plan de Trabajo.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Las participantes, como institución receptora, deberán enviar a la oficina correspondiente de la institución de origen, al final de la estancia del estudiante, un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, en su caso.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA- Las participantes se comprometen a fomentar la integración de los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos en la vida académica de la institución receptora, así como a prestar apoyo, a través de sus respectivas Oficinas de Relaciones Internacionales, incluida la asistencia en la búsqueda por vivienda y orientación académica.

CLÁUSULA TERCERA - INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

Los estudiantes serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios de esa institución, observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Los estudiantes pagarán todas las tasas de matrícula y la mensualidad en su institución de origen y no se cobrarán tasas, de cualquier orden, en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - El pago de cualquier otra actividad que no sea de un curso regular ofrecido por la institución receptora será de responsabilidad del propio estudiante.

SUB-CLÁUSULA TERCERA- Los estudiantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento, alimentación y transporte, así como serán responsables por sus gastos de viaje, visado, trámites migratorios, seguro médico y otros gastos de subsistencia.

Parágrafo único - Dentro de las disposiciones presupuestarias de cada institución, el hospedaje y la alimentación podrán ser ofrecidos por la institución de destino de forma recíproca, detalladas en Plan de Trabajo específico.

SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los estudiantes deben someterse a los

reglamentos y otros procedimientos académicos existentes en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA QUINTA –El número de alumnos incluidos en el programa de intercambio se definirá anualmente.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Está prohibido el intercambio a los estudiantes de graduación de la UFLA que:

- a) no hayan concluido al menos el 10% de la carga horaria total de su matriz curricular;
- b) se encuentren en una fase de pasantía obligatoria; y
- c) Estén matriculados en el último semestre lectivo, cuando éste signifique el cumplimiento del tiempo máximo de integralización.

SUB-CLÁUSULA SÉPTIMA Los aspirantes de **LA ESCUELA** deberán tener en cuenta las prohibiciones establecidas en el Reglamento de Movilidad de Pregrado, Reglamento de Movilidad de Posgrado.

SUB-CLÁUSULA OCTAVA - A cada año, las participantes definirán los aspectos del intercambio, tales como las áreas, cursos, períodos académicos, entre otros, a través de un Plan de Trabajo específico (anexo I del presente instrumento).

SUB-CLÁUSULA NOVENA - Los estudiantes deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida por el periodo de estudios en el país de acogida así como deberán cumplir los compromisos migratorios válidos por el período de estudios en el país de acogida. La responsabilidad de contratar ese seguro será de los propios estudiantes.

SUB-CLÁUSULA DÉCIMA- Los estudiantes deberán tener el correspondiente visado válido por el período de estudios en el país de acogida.

SUB CLÁUSULA – DÉCIMO PRIMERA- Las participantes, como institución de origen, reconocerán los logros académicos obtenidos por los estudiantes en la institución receptora, basado en plan de trabajo acordado previamente entre las participantes y en sus créditos y/o carga horaria.

CLÁUSULA CUARTA - INTERCAMBIO DE PROFESORES, INVESTIGADORES Y TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Los profesores, investigadores y técnicos administrativos interesados en participar en el intercambio regulado por la presente Cláusula serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios establecidos por la misma y observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - El intercambio de profesores, investigadores y

técnicos administrativos se llevará a cabo de conformidad con lo dispuesto en el Plan de Trabajo específico, adjunto al presente Instrumento, definido de común acuerdo entre las participantes, conteniendo las actividades, los periodos, la financiación, la coordinación, entre otros aspectos.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos participantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento y serán responsables por sus gastos de viaje y por sus gastos de subsistencia, a menos que estos gastos estén incluidos en la beca concedida en virtud de la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA TERCERA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida durante el periodo de su estancia en el país de acogida. La responsabilidad por la contratación del seguro será de los propios profesores, investigadores y técnicos administrativos.

SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener el correspondiente visado válido por la duración de su estancia en el país de acogida.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDAD CIVIL

La institución receptora no asumirá la responsabilidad civil, judicial o extrajudicial con relación a cualquier evento dañoso que pueda afectar a los estudiantes, profesores investigadores y/o técnicos administrativos que participen en los programas de intercambio, sean estos delitos, infracciones, accidentes o enfermedades de cualquier tipo.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - La responsabilidad civil prevista como consecuencia de delitos o de hechos dañosos o culposos que puedan ser cometidos por funcionarios o empleados de la institución receptora, no será alcanzada por la exclusión de la responsabilidad establecida en el encabezado de esta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - SUPERVISIÓN

Las participantes designarán a sus respectivas Oficinas de Relaciones Internacionales como supervisores de las actividades resultantes de este Instrumento.

CLÁUSULA SÉPTIMA - COORDINACIÓN

Dentro del ámbito de la **UFLA**, la coordinación ejecutiva y administrativa del intercambio de estudiantes de graduación estará a cargo de la Oficina de Relaciones Internacionales y la coordinación académica estará a cargo de un docente específicamente designado. Dentro del ámbito de **LA ESCUELA**, la

coordinación del intercambio de estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos estará a cargo de la Oficina de Relaciones Internacionales con apoyo y autorización previa de la Vicerrectoría Académica.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - Toda y cualquier cuestión derivada de la aplicación e interpretación de este Instrumento será presentada, en primera instancia, a la discreción de los respectivos coordinadores, quienes deberán hacer esfuerzos para superar las diferencias planteadas.

CLÁUSULA DÉCIMO CUARTA - RESCISIÓN
CLÁUSULA OCTAVA - PROPIEDAD INTELECTUAL

Cualquier invención, mejora o innovación tecnológica, la obtención de un producto o proceso, incluyendo el derecho de explotación económica de obras científicas o literarias, resultantes de las acciones desarrolladas en virtud del presente Acuerdo estarán sujetos a instrumento específico, respetando, en todo caso, las disposiciones legales aplicables.

CLÁUSULA NOVENA - RECURSOS FINANCIEROS

Este instrumento no implica compromisos financieros entre las participantes. El pago de los costos inherentes a las actividades eventualmente acordadas estará a cargo de cada uno de los participantes.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA- Está prohibida la indemnización de una participante a la otra, así como la transferencia de fondos entre sí.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECIPROCIDAD

Cada participante proporcionará a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos que la visiten, un tratamiento igual al dispensado a los suyos, haciendo posible el acceso a los servicios necesarios y el reconocimiento de los estudios realizados en otra institución dentro de los límites de la ley vigente en ambos países.

CLÁUSULA UNDÉCIMA - PLAZO

El plazo de vigencia de este Instrumento es de 5 años, a partir de la fecha de su última firma y podrá prorrogarse, si existe interés público, con antelación de un mínimo de treinta (30) días de la fecha de vencimiento, mediante un término de adición.

CLÁUSULA DUODÉCIMA - MODIFICACIONES

El presente Acuerdo podrá ser modificado, excepto en cuanto a su objeto, mediante la formalización de un instrumento jurídico específico por las participantes.

CLÁUSULA DÉCIMO TERCERA - TERMINACIÓN

Cualquiera de las participantes podrá terminar este Instrumento a cualquier momento e independientemente de una causa justa, bajo la condición de que comunique a la otra o parte su intención con por lo menos 60 (sesenta) días, y cumpla con los beneficios o ventajas obtenidos anteriormente y asuma las responsabilidades de las obligaciones durante su respectiva duración.

CLÁUSULA DÉCIMO CUARTA - RESCISIÓN

Constituye causa de rescisión del presente Acuerdo de Cooperación Internacional el incumplimiento no subsanado o insubsanable de cualquiera de los términos acordados aquí.

CLÁUSULA DÉCIMO QUINTA - CASOS OMISOS

Los casos omisos serán resueltos de común acuerdo entre las participantes, y podrán ser firmados, en su caso, los términos adicionales que serán parte integrante del presente Instrumento.


CLÁUSULA DÉCIMO SEXTA – SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

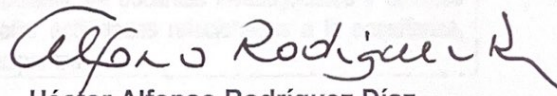
Para resolver las dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente Acuerdo, las partes se esforzarán en la búsqueda de una solución consensuada. No siendo posible, las convenientes indicarán, de común acuerdo, un tercero, persona física especialista en solución amistosa de conflictos internacionales, para actuar como mediador y dirimir las controversias con base en la legislación de ambos países involucrados. Se acuerda que el lugar de evento del litigio o, habiendo obligación a ser cumplida, el lugar de su cumplimiento, definirá el derecho aplicado y el tribunal competente.

Y por lo tanto, ser justo y acordes, las partes firman el presente instrumento en cuatro (4) copias de idéntico contenido y forma, dos (2) vías en Portugués y dos (2) en Castellano para el mismo efecto legal, en presencia de dos testigos instrumentales abajo suscritos.

p/ UFLA
Lavras, Brasil, 09/04/2024

p/ LA ESCUELA
Bogotá D.C., Colombia, 09/04/2024


Patricia Duarte de Oliveira
Directora de Relaciones Internacionales


Héctor Alfonso Rodríguez Díaz
Rector

ANEXO I - ACUERDO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL

PLAN DE TRABAJO

I - DATOS DE REGISTRO

1. TÍTULO

Acuerdo de Cooperación Internacional entre la Universidade Federal de Lavras (UFLA) y la Universidad Escuela Colombiana de Ingeniería Julio Garavito (LA ESCUELA).

2. ÁREA DE COBERTURA

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Investigación | <input type="checkbox"/> Innovación Tecnológica |
| <input type="checkbox"/> Extensión | <input type="checkbox"/> Extensión Tecnológica |
| <input checked="" type="checkbox"/> Enseñanza | <input type="checkbox"/> Desarrollo Institucional |

3. PLAZO PARA EJECUTAR EL ACUERDO

5 años.

4. ÓRGANO EJECUTOR EN LA UFLA

Diretoria de Relações Internacionais – DRI.
 Departamento de Ingeniería Agrícola – DEA.

5. MARCO JURÍDICO

Legislación brasileña: Ley nº 14.133/2021.
 Legislación colombiana: Ley 30 de 1992 – Reglamento Estudiantil de Pregrado y Posgrado.

6. PARTES DEL ACUERDO

6.1. CELEBRANTE 1

| | | | |
|--|-------------------|--|-------------------------------|
| 1. Tipo de participación Participante | | 2. Razón Social UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS | |
| 3. Dirección (av., calle, nº, barrio) Campus Universitário, s/n | | 4. Registro Federal 22.078.679/0001-74 | |
| 5. Ciudad/Estado Lavras/MG | 6. País Brasil | 7. Código Postal 37.200-900 | 8. Teléfono (35) 3829-1858 |
| 9. Nombre del representante legal Patrícia Duarte de Oliveira Paiva | | 10. Cargo Directora de Relaciones Internacionales | |

6.2. CELEBRANTE 2

| | | | |
|--|---------------------|---|--|
| 1. Tipo de participación Participante | | 2. Razón Social UNIVERSIDAD ESCUELA COLOMBIANA DE INGENIERÍA JULIO GARAVITO | |
| 3. Dirección (av., calle, nº, barrio) AV Cra 45 No. 205-59 | | 4. Número de Identificación Tributaria 860.034.811-3 | |
| 5. Ciudad/Estado Bogotá D.C., Cundinamarca | 6. País Colombia | 7. Teléfono 6683600 | |
| 8. Nombre del representante legal Héctor Alfonso Rodríguez Díaz | | 9. Cargo Rector y Representante Legal | |

II - DESCRIPCIÓN

7. OBJETIVO GENERAL

Establecimiento de una alianza internacional para movilidad estudiantil, de docentes investigadores y técnicos administrativos entre la UFLA y LA ESCUELA a fin de desarrollar actividades relacionadas a la enseñanza, investigación y extensión en áreas de interés mutuo entre las participantes.

LA ESCUELA
 Directora de la Unidad de Gestión Procesos

8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Determinar anualmente el número de vacantes por movilidad durante el período del convenio general. Las instituciones acuerdan que este número se dividirá en cada semestre de acuerdo con el interés de los estudiantes, docentes investigadores, técnicos administrativos, y de las instituciones. El intercambio depende de la indicación previa de la institución de origen y la aprobación de la institución de acogida, que posteriormente proporcionará una carta de aceptación a efectos de visado.

9. JUSTIFICACIÓN

Este Plan de Trabajo, relativo al Acuerdo de Cooperación Académica Internacional suscrito entre la UFLA y la ESCUELA se justifica en la medida en que alcanza la pluralidad de significados asignados al "interés público", consagrada en las sentencias del Tribunal Superior de Justicia, como el interés personal de uno o un grupo de individuos como "participantes en una colectividad más grande en la que están insertos".

En este caso, se refiere al interés de toda la comunidad académica de la UFLA, beneficiada por el intercambio entre los socios y el fortalecimiento de los lazos entre ellos. La dimensión del interés público ligado al interés estatal de la Administración Pública también está contemplada en esta propuesta que converge con el interés de la UFLA, como municipio especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, de mejorar su política de internacionalización, un tema de extrema relevancia en la agenda de desarrollo y posicionamiento de Brasil en el escenario global.

De hecho, esta propuesta está en línea con los cinco ejes del Programa de Internacionalización de la UFLA lanzado en 2023, tales como: (i) desarrollar un entorno educativo multilingüe; (ii) ampliar la cooperación internacional de la institución; (iii) estimular la producción científica y tecnológica internacionalizada; (iv) alinear las rutinas y procesos de gestión con los practicados internacionalmente y, finalmente, (v) aumentar la visibilidad y el reconocimiento internacional de la Universidad.

Finalmente, se destaca asimismo la interpretación del interés público relacionado a la garantía de los derechos fundamentales, entre los cuales están los derechos sociales. El Acuerdo propuesto es, a partir de esa perspectiva, relevante, una vez que afecta intereses relacionados con la educación (derechos sociales consagrados en el artículo sexto (6) de la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988), facilitando iniciativas de formación y producción de conocimiento.

10. RESULTADOS ESPERADOS

Promoción de movidades entre la UFLA y la ESCUELA a fin de enviar y recibir alumnos, docentes investigadores y técnicos administrativos de los más diversos campos de estudio e investigación, para que resulte en la mejora de sus habilidades intelectuales y técnicas de los estudiantes.

Ampliación de la internacionalización de la UFLA por medio de: (i) movidades académicas; (ii) formación de profesionales capacitados internacionalmente en virtud de la realización del intercambio y (iii) contribución con el programa "Brother UFLA" por parte de los estudiantes egresados de las movidades.

III - COORDINACIÓN

11. COORDINADORES

| | | | |
|-------------|---|--------------------------------|--|
| Función | Nombre | | |
| Coordinador | Gabriel Araújo e Silva Ferraz | | |
| Institución | Posición/Cargo | Objetivo(s) en que participará | |
| UFLA | Professor do DEA | I-V | |
| Función | Nombre | | |
| Coordinador | Diana Patricia Santoyo Suárez | | |
| Institución | Posición/Cargo | Objetivo(s) en que participará | |
| LA ESCUELA | Directora de la Unidad de Gestión Externa | I-V | |

IV – CRONOGRAMA

12. DESCRIPCIÓN DE LOS OBJETIVOS

| ETAPA/FASE | META | ACTIVIDADES | DURACIÓN | |
|------------|--|--|----------|---------|
| | | | INICIO | TÉRMINO |
| I | Definición del número de vacantes para movilidad en el semestre. | Contacto entre las instituciones para establecimiento del número de vacantes y condiciones de la movilidad, tales como periodo de nombramiento y requisitos. | Año 1 | Año 2 |
| II | Ejecución de las movilidades | Realización de las inscripciones, procesos de nombramiento y oferta de instrucciones a los seleccionados. | Año 1 | Año 2 |
| III | Actividades de cooperación en investigación conjunta | Contacto entre las universidades para definición de áreas comunes de interés para investigación conjunta. | Año 1 | Año 2 |
| IV | Nuevos ciclos de movilidades | Nuevo contacto para el establecimiento de las próximas movilidades | Año 2 | Año 5 |
| V | Informe y análisis de las movilidades | Las universidades evaluarán los resultados de las movilidades y la continuación de la cooperación. | Año 4 | Año 5 |

V – DECLARACIÓN DEL COORDINADOR DE LA UFLA

13. DECLARACIÓN

Declaro, para los debidos fines de derecho de la ley, que el presente Plan de Trabajo fue apreciado y aprobado por mí.

| | |
|---|---------------------|
| Nombre Gabriel Araújo e Silva Ferraz | Firma |
| Posición/Cargo Profesor del DEA/UFLA | Fecha 10/04/2024 |

VI – DECLARACIÓN DEL COORDINADOR DE LA ESCUELA

14. DECLARACIÓN

Declaro, para los debidos fines de derecho de la ley, que el presente Plan de Trabajo fue apreciado y aprobado por mí.

| | |
|---|------------------------|
| Nombre Diana Patricia Santoyo Suárez | Firma |
| Posición/Cargo Directora de la Unidad de Gestión Externa | Fecha 13 Feb / 2024 |

or